



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO Nº DE - CMA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 89, IX e X, c/c 90, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam realizados estudos, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, para elaboração de arcabouço legislativo compreensivo que apresente ao país um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

JUSTIFICAÇÃO

Diante da conjuntura econômica, ambiental e sanitária posta sobre o país, se impõe a tomada de ação para construção e elaboração de um arcabouço legislativo compreensivo para que o Brasil formule um plano de desenvolvimento sustentável robusto. Ao mesmo tempo que o potencial brasileiro, com projeções de até sete trilhões de reais, para construir mercados e indústrias a partir da proteção da biodiversidade do país e dos serviços ecossistêmicos, ou mesmo das oportunidades em energia renovável como o mercado de hidrogênio, projetado em até 420 bilhões de dólares em 2030, o Brasil ainda marca recordes atrás de recordes com a destruição ambiental. Só em março e abril de 2021, as áreas desmatadas na Amazônia são as maiores em uma década. Somado a isso, só em 2020, 26% do Pantanal foi consumido pelas queimadas, além de ciclones-bomba em Santa Catarina e enchentes devastadoras em Minas Gerais. Continua ainda, o avanço dos conflitos no campo, como por exemplo, os recentes ataques de grileiros ao povo indígena Yanomami. O cenário se agrava ainda com a pressão internacional sobre o Brasil para coordenar esforços internos de enfrentamento à crise climática, rumo ao acordado em Paris em 2015.



Portanto, seja pelo potencial econômico, no qual estudos mostram que empregos verdes em outros países tendem a oferecer salários em até 19% maiores que empregos comuns, ou pela urgente necessidade do Brasil cuidar da parte de que lhe cabe na proteção dos biomas do planeta, existe uma singular oportunidade para a criação de um robusto plano de desenvolvimento sustentável para o Brasil. Um plano que possa não só recuperar o prestígio brasileiro no tema na arena internacional, mas também reafirmar a liderança do país geopoliticamente. Um plano que possa abrir novos postos de trabalho aos trabalhadores, trazendo bem-estar aos cidadãos ao mesmo tempo em que a biodiversidade dos biomas brasileiros sejam protegidas.

Para tal tarefa, propomos a implementação de um Fórum, integrado por especialistas e representantes de entidades ou associações científicas, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal. O Fórum contará com o apoio técnico-científico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL e abrigará quarenta e oito especialistas da sociedade civil brasileira para aprofundar estudos e deliberar sobre a construção de um arcabouço legislativo sobre as mais variadas áreas de atuação dentro de um plano estratégico compreensivo sobre o desenvolvimento econômico sustentável da nação.

Tal tarefa terá como centralidade três pilares: o primeiro sobre o cuidado com a natureza e com as pessoas, onde serão estabelecidas as regulações necessárias para proteção dos recursos naturais e biodiversidade, também como a geração de renda e implicações de educação ambiental. Segundo, o estudo atento para processos necessários de inovação brasileira em diversas indústrias e mercados que compõem o tema, desde o olhar para quais projetos devem o país deve adotar para transferência de tecnologia, inovação em tecnologia social, quais áreas terão que necessariamente criar cadeias de Pesquisa e Desenvolvimento. Por fim, o terceiro pilar aprofundará estudos dos especialistas para evitar maiores

danos à biodiversidade, assim como sua reparação e a transição de trabalhadores de um setor para outro da economia, de maneira a evitar perdas financeiras.

Sala da Comissão, 18 de maio de 2021.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)
Presidente da Comissão do Meio Ambiente



SF/21255.60228-87 (LexEdit*)